



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

REBECA SANTOS ANDRADE LEÃO

**UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA DA OBRA “O PACTO DA BRANQUITUDE”
(2022) DE CIDA BENTO**

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2024

REBECA SANTOS ANDRADE LEÃO

**UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA DA OBRA “O PACTO DA BRANQUITUDE” (2022)
DE CIDA BENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), como pré-requisito básico para a conclusão do curso de Licenciatura Plena em História.
Orientador: Prof. Dr. Petrônio Domingues.

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2024

REBECA SANTOS ANDRADE LEÃO

UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA DA OBRA “O PACTO DA BRANQUITUDE” (2022)
DE CIDA BENTO

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em ____ / ____ /2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Petrônio Domingues – UFS
Orientador

Prof. Dr. Nome Nome Nome – UFX
Avaliador

Prof. Dr. Nome Nome Nome– UFX
Avaliador

Dedico, primeiramente, este trabalho à minha avó, Dona Cleo, mulher inteligentíssima que, como muitas de seu tempo, teve a oportunidade de estudar, mas foi impossibilitada pelo machismo da época. Sua luz é minha referência e minha base para continuar. Dedico as minhas tias, mulheres independentes que me inspiram imensamente. Aos meus amigos que são uma das maiores razões por eu continuar de pé e por último, mas não menos importante, à minha mãe, minha primeira e maior referência de uma mulher inteligente e batalhadora, mas que além disso, me deu o maior presente que poderia ter: um coração empático que me possibilita revoltar-se com as injustiças do mundo..

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família por ter me dado estabilidade para entrar na universidade e ter mantido meus estudos, em especial à minha mãe, Maria Inez, que trabalhou muito para abrir os caminhos que tracei e à tia Elma, que me acolheu e amparou diversas vezes. Agradeço aos meus amigos que me deram colo e amparo nos diversos momentos de desespero em que pensei que não conseguiria, especialmente à Lhais, amiga de turma e de pesquisa, com quem iniciei meus estudos sobre branquitude e compartilhou diversas vezes o medo de abordar um assunto tão pouco estudado na historiografia. Agradeço também à Rodrigo e Vitor, meus melhores amigos, por me lembrarem que a vida vai muito além dessas páginas. Agradeço ao professor Petrônio Domingues, que aceitou me orientar e o fez incrivelmente, de maneira que consegui chegar a um resultado do qual me orgulho bastante. Por fim, mas não menos importante, agradeço à Ya e à família Ya'nganga, por me mostrarem uma força que eu até então desconhecia e que me possibilitou chegar ao fim dessa jornada.

RESUMO

O trabalho tem como objetivo realizar uma análise historiográfica do livro "O Pacto da Branquitude" (2022), de Cida Bento, abordando sua importância nos estudos sobre branquitude no Brasil. A obra é analisada considerando o contexto histórico de sua produção, as referências teóricas utilizadas e o debate acadêmico no qual se insere. A revisão historiográfica destaca a tese central de Bento, que expõe os mecanismos de manutenção do privilégio branco e a invisibilidade dessa estrutura nas relações raciais. Conclui-se que a obra é fundamental para a compreensão das dinâmicas de poder e hierarquia racial no Brasil, e para o avanço dos estudos sobre branquitude, que ainda são escassos na historiografia.

Palavras-chave: Cida Bento. Branquitude. Relações raciais. Historiografia.

ABSTRACT

The work aims to conduct a historiographical analysis of the book "O Pacto da Branquitude" (2022) by Cida Bento, addressing its importance in studies on whiteness in Brazil. The book is analyzed considering the historical context of its production, the theoretical references used, and the academic debate in which it is situated. The historiographical review highlights Bento's central thesis, which exposes the mechanisms of maintaining white privilege and the invisibility of this structure in racial relations. It concludes that the work is essential for understanding the dynamics of power and racial hierarchy in Brazil, and for advancing studies on whiteness, which are still scarce in historiography.

Keywords: Cida Bento. Whiteness. Racial relations. Historiography.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	08
1	BIOGRAFIA	09
2	CONTEXTO HISTÓRICO	12
3	REPERCUSSÃO DA OBRA	15
4	OBJETIVO DA OBRA	16
5	SÍNTESE DA OBRA	19
6	DEBATE ACADÊMICO	31
7	REFERENCIAL TEÓRICO	38
8	FONTES	45
9	NARRATIVA	46
10	OPINIÃO PESSOAL	47
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui presente consiste em elaborar uma análise historiográfica acerca do livro “*O Pacto da Branquitude*” (2022) da psicóloga social Maria Aparecida Silva Bento, mais conhecida como Cida Bento. A escolha da obra se deu pelo fato da importância que a tese central do livro têm para os estudos das relações raciais no Brasil, sobretudo no campo de estudos da branquitude. Para além disso, são poucos os trabalhos sobre branquitude na área da historiografia e considero de extrema importância trazer a temática para esta área.

Os estudos sobre branquitude se iniciaram nos Estados Unidos entre o final do século XIX e início do século XX, tendo como principal intelectual W. E. B. Du Bois. Seu trabalho mais referenciado, o “*Black Reconstruction in America*” aborda a identificação da classe trabalhadora branca com a elite branca, em contraste com a identificação com a classe trabalhadora negra. Ele argumenta que essa classe trabalhadora branca recebe benefícios tanto materiais quanto psicológicos ao ser incentivada a priorizar a sua identidade racial, ganhando privilégios e direitos civis que a população negra historicamente não desfrutava.

No Brasil, um dos pioneiros nas discussões sobre as relações raciais e as noções de branquitude foi o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos. Na década de 1950, ele redigiu um texto intitulado “*Patologia Social do Branco Brasileiro*”. Nessa obra, Guerreiro Ramos destaca a importância de abordar as estruturas e desigualdades raciais brasileiras não apenas em relação à população negra, mas também em relação a outros grupos racializados na sociedade. O autor enfatiza essa questão a partir dos debates sobre as populações brancas.

Após esse ensaio, houve uma lacuna nos estudos sobre branquitude, que retornou apenas no final dos anos 1990 e início da década de 2000, tendo como trabalho fundamental a tese de Cida Bento sobre o pacto da branquitude, ideia central abordada nesse artigo. Outros intelectuais que se destacaram nessa área foram Lourenço Cardoso, tendo como um dos trabalhos mais pertinentes o desenvolvimento dos conceitos “*branquitude crítica e acrítica*”, que também serão abordados nesse artigo, e a Lia Vainer Schucman, com sua tese de doutorado “*Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na Cidade de São Paulo*”, também citado no trabalho aqui presente.

A estrutura desse trabalho começará com uma pequena biografia da autora, Cida Bento, a fim de que seja compreendido sua trajetória pessoal que a levou até a produção desse livro. Seguido disso, abordaremos o contexto histórico no qual esse livro foi escrito, uma vez que é imprescindível compreendermos o que motivou esse livro a ser publicado e em qual momento o mundo se encontrava. Depois faremos uma breve discussão sobre a repercussão da obra e quais são os objetivos que a autora ambicionou ao escrevê-la. Consecutivamente, foi elaborado um resumo da obra, seguido do debate acadêmico presente nela, ou seja, com quais autores houve diálogo para melhor embasamento da sua tese e uma discussão acerca das referências teóricas usadas por Bento. Para finalizar, ressaltarei quais fontes foram utilizadas ao decorrer do livro, o estilo de narrativa adotada pela autora, ressaltando seu público-alvo e discutindo a elaboração do texto e de seu ponto de vista, e por fim, minha opinião sobre o livro.

1 BIOGRAFIA

Maria Aparecida da Silva Bento nasceu em 1952 e cresceu na zona norte de São Paulo. Veio de uma família humilde, seu pai, João, trabalhava como motorista, e sua mãe, Ruth, como servente num posto de saúde. Ambos sacrificaram-se com uma vida de árduo trabalho para que seus 8 filhos pudessem se dedicar aos estudos e tivessem a oportunidade de acessar o ensino superior. Em uma entrevista a Believe Earth, em 2018, Bento falou que sua mãe costumava dizer “pra mim e pra minha irmã que não queria que nós tivéssemos a mesma vida que ela e minha tia tiveram, presas ao lar.”. Sobre sua infância, Cida Bento contou, na mesma entrevista, que foi uma criança que não suportava injustiças e que não recebia bem viver ou ver opressões, discriminação ou tratamento desigual. Sempre observou o racismo no seu cotidiano. Logo na introdução, a autora nos relata que durante sua vida escolar comumente era preterida pelos professores, que exaltavam outros alunos brancos e não incentivavam os estudantes negros, gerando um sentimento de não pertencimento a esses alunos.

Cida Bento cogitou o Magistério, pois queria ser uma professora diferente dos que cruzou seu caminho, mas imediatamente percebeu que na Psicologia se encontraria e a cursou entre 1972 e 1977 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Farias Brito, assim como sua irmã Bernadete,

o que possibilitou que ambas se auxiliassem ao decorrer da graduação. Bento foi a primeira entre seus irmãos a se formar e iniciou sua carreira trabalhando para um importante banco como psicóloga organizacional no setor de Recursos Humanos.

Quando passou a ocupar o meio executivo, percebeu que a discriminação sofrida na escola persistiria em seu trabalho, pois o fato de ser uma mulher negra, na década de 1980, ocupando um espaço majoritariamente branco dificultava sua trajetória profissional mesmo usufruindo de um currículo excelente. *“Eu teria subido mais nos anos que passei na empresa. Uma mulher branca com meu perfil tem outro tratamento”*, aponta Cida Bento na entrevista para Believe Earth (2018).

Contudo, Bento também observava o tratamento recebido por outros funcionários negros que ali trabalhavam e foi a partir dessas observações que nasceu as primeiras raízes de sua pesquisa sobre branquitude. Atuando no ramo corporativo, Cida Bento foi capaz de analisar como o ideal do branco enquanto um grupo desprovido de características negativas, como por exemplo o passado escravocrata, era predominante nesses espaços. Por se tratar de uma grande empresa, é fundamental compreendermos que presumivelmente haverá *“uma cota não explicitada de 100% para brancos.”* (p. 10), e que trabalhando como recrutadora pessoal, Bento presenciou diversas vezes como pessoas desse perfil eram favoritas em boa parte dos cargos de emprego. A própria menciona na introdução: *“Eu mesma vivenciei repetidamente o fenômeno de recusa recorrente na busca de emprego, o que me causava dor, dúvidas quanto a minha própria competência e insegurança quanto ao futuro profissional.”* (p. 11).

Cida Bento então decidiu abandonar o setor privado para dedicar-se ao mestrado, doutorado e a área de combate às desigualdades raciais. Ainda na entrevista citada no primeiro parágrafo, a autora explica que se retirou do emprego por ansiar maior independência e autonomia. Em 1987 adentrou no mestrado de Psicologia Social pela Universidade Católica de São Paulo e a este deu o título de *“Resgatando a minha bisavó: Discriminação no trabalho e resistência na voz de trabalhadores negros”*. A pesquisa consistia em analisar relatos de funcionários negros no âmbito de trabalho. Sua inspiração para o título veio de uma de suas entrevistadas, a Sueli, cuja história de vida marcou profundamente Cida Bento ao ponto de evocar uma singela homenagem em sua memória.

Ainda em 1990, dois anos antes de finalizar seu mestrado, criou o CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades) ao lado de Ivair Augusto Alves dos Santos, atualmente executivo público da Secretaria de Saúde de São Paulo e pesquisador voltado para a área das ações afirmativas e políticas públicas, e Hédio Silva Junior, advogado também focado no ramo do combate à discriminação racial. O CEERT foi criado com o intuito de combater o racismo e as desigualdades no mundo da educação, no trabalho e na justiça. Seu propósito é desenvolver estratégias de enfrentamento ao racismo e promover a equidade dentro das instituições brasileiras, sendo suas principais atenções jovens e mulheres negras. Ainda na década de 1990, Bento junto ao CEERT, foram os primeiros a entrar com uma ação contra a morte de um jovem negro pela polícia alegando crime de racismo.

Entre os anos de 1997 e 2002, Cida Bento, pela Universidade de São Paulo, realizou sua famosa tese de doutorado *“Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresárias e no poder público”*, trabalho esse que revolucionou a forma como enxergamos as relações raciais no grupo branco. Porém, um ano antes de concluir seu doutorado, Cida Bento já realizava outro grande marco na sua carreira: como representante do CEERT participou da delegação brasileira na 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, na África do Sul. Essa conferência motivou o Brasil a implementar diversas políticas públicas de combate ao racismo, como por exemplo a lei 10.639, de 2003, que definiu diretrizes para inclusão do ensino de história da África e cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio.

Desde então, Cida Bento tem continuado a nos dar diversas contribuições no campo de pesquisa sobre a branquitude e no combate a desigualdade racial. Ao lado de Iray Carone, organizou a coletânea *“Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil”*, que é uma obra de extrema importância no campo dos estudos das relações raciais no país. Junto ao CEERT organizou diversas iniciativas em instituições, públicas e privadas, de promoção à equidade e enfrentamento ao racismo. Uma delas foi o prêmio *“Educar para a Igualdade Racial e de Gênero: experiências de promoção da igualdade étnico-racial em ambiente escolar”*, que já possui 7 edições. Além disso, Cida Bento tornou-se uma grande referência no âmbito das pesquisas sobre relações raciais no Brasil, sendo citada,

quase que obrigatoriamente, por grande maioria dos trabalhos que abordam essa temática, seja esse pesquisador um iniciante ou um nome reconhecido, como Silvio Almeida, Djamila Ribeiro, Lourenço Cardoso, Lia Vainer Schucman, entre outros. Prova de sua grandiosidade é o fato da revista britânica *The Economist*, em 2015, ter eleito Cida Bento como uma das 50 pessoas mais influentes do mundo no campo da diversidade.

Nos dias de hoje, Bento é professora visitante na Universidade do Texas em Austin, nos Estados Unidos e integraliza o Conselho Deliberativo do Instituto Ethos. Faz parte do Grupo Assessor da ONU Mulheres, da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. Também atua como conselheira titular do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

2 CONTEXTO HISTÓRICO

Em 2022, quando Cida Bento lançou seu livro *“O Pacto da Branquitude”*, o mundo encontrava-se em meio a uma série de transformações sociais, políticas e culturais que impactavam diretamente a forma como as questões raciais eram discutidas e enfrentadas. Nesse ano, especificamente no Brasil, presenciávamos um contexto de grande conflito entre políticos de perfil autoritário e de perfil progressista, assim como também vivenciávamos diversos casos de racismo em todo o país. Em pleno ano de eleição, o livro de Bento ganhou ainda mais relevância, já que trouxe à tona reflexões fundamentais sobre o sistema da branquitude e suas consequências na sociedade contemporânea, principalmente envolvendo a política brasileira.

No ano de lançamento do livro, ainda nos recuperávamos da pandemia de COVID-19. Boa parte da população já tinha acesso à primeira dose da vacina, mas caminhávamos a passos lentos para sair desse período destruidor que o país vivenciou. As condições de trabalho de boa parte dos brasileiros foi precarizada, processo chamado de *“uberização”*, termo usado para definir a fragilização do trabalho, *“a derrubada dos direitos trabalhistas, do direito de sindicalização e de negociação coletiva, o esvaziamento de órgãos públicos, como o Ministério do Trabalho, num esforço de silenciar os trabalhadores”* (BENTO, 2022, p. 118). Essa situação

atingiu em massa a população negra, sobretudo os jovens, que encontram no trabalho de entregador de aplicativo uma forma de fugir do desemprego.

A precarização nas condições de trabalho interferiu absolutamente nas mortes por covid, como nos mostrou o relatório *“Mortes evitáveis por Covid-19 no Brasil”*, revelando que, somente no primeiro ano de pandemia, ocorreram 305 mil mortes além do esperado. Isso se deu ao fato de que o governo federal não tomou as iniciativas apropriadas para evitar a propagação do vírus e isso ocasionou na infecção de boa parte dos trabalhadores que não tinham a opção de trabalhar em casa e estavam a mercê das medidas que deveriam ser estabelecidas pelo Estado. O mesmo também foi ausente em dar suporte a hospitais públicos lotados e sem capacidade de atender a todos de forma adequada, o que *“igualmente gerou mortes evitáveis de mais de 20 mil pessoas”* (BENTO, 2022, p. 119), de acordo com o relatório citado.

Meses antes das eleições, assistimos a diversas acusações de fraude ao sistema eleitoral brasileiro e propagação de informações falsas por parte do então presidente da República Jair Bolsonaro e seus apoiadores. Como resposta, houve diversas manifestações a favor da democracia brasileira, como a que ocorreu na Faculdade de Direito da USP, onde elaboraram uma carta aberta em defesa da Constituição e atacando as fake news que circulavam nas mídias. Essa manifestação contou com a presença de muitos estudantes, artistas, acadêmicos e outras personalidades importantes. Os protestos bolsonaristas perduraram até após os resultados das eleições, quando o atual presidente Lula venceu com 50,83% dos votos. Em 22 estados brasileiros ocorreu protestos bloqueando partes de estradas em oposição ao resultado das eleições. Como medida para controle da situação, foi estabelecido que os manifestantes que não se retirassem pagariam uma multa no valor de 100.000 reais. Em meio a um cenário político conturbado, o livro de Cida Bento também teve o papel de denunciar as estratégias de manutenção do poder por meio da perpetuação da branquitude. A autora ressaltou a importância de se desconstruir os mitos e estereótipos que justificam a supremacia branca, bem como de promover ações afirmativas e políticas públicas que garantam a igualdade de direitos para todos.

Desde o início da década de 2020 uma série de movimentos sociais marcaram o período, clamando por justiça racial e melhores condições de vida à população negra e indígena. Nos Estados Unidos, o surgimento do movimento *Black Lives Matter* e as manifestações antirracistas

que se espalharam ao redor do mundo, evidenciaram a urgência de se discutir e combater o racismo que permeiam nossa sociedade. Aqui no Brasil não foi diferente e já no início da década também vimos diversos protestos que inquietaram o país cobrando justiça pela morte de João Alberto Silveira Freitas, homem negro de 40 anos que foi espancado até a morte por seguranças brancos de um supermercado da rede Carrefour, em Porto Alegre.

Ao analisarmos o ano de 2022 no Brasil, observamos que não foi um ano menos conturbado que os antecessores em relação ao racismo. No mês de janeiro sofremos ao ver a morte do congolês Moïse Kabagambe, que trabalhava em um quiosque na Barra da Tijuca (Rio de Janeiro) e foi morto por espancamento ao exigir seu pagamento que estava atrasado. Os três assassinos seguem em prisão preventiva desde então. Outro caso que chocou o país no mesmo ano, em maio, foi a morte de Genivaldo de Jesus Santos, de 38 anos, que faleceu após inalar gás lacrimogêneo durante 11 minutos dentro do porta mala do carro da Polícia Rodoviária Federal, no estado de Sergipe. Os policiais seguem em prisão preventiva. Ambos os casos carregam algo em comum, além da falta de punição aos culpados: os dois assassinatos foram filmados. O primeiro por uma câmera do quiosque vizinho e o segundo por uma pessoa que estava no local na hora do acontecido. Mesmo com provas concretas, mesmo com rosto dos assassinos nas filmagens, há uma dificuldade imensa em concretizar a condenação desses sujeitos. De fato, a justiça brasileira, ao ver nos assassinos corpos brancos e masculinos, têm uma grande contrariedade em julgá-los como criminosos, ainda que seus rostos estejam estampados numa filmagem.

Nesse momento, o Brasil passava cada vez mais a debater as questões raciais nos meios de comunicação, mas, ainda assim, ausentava diversos tópicos essenciais para compreendermos como o racismo se manifesta no cotidiano das não brancas. Prova disso, é a ausência de debates sérios acerca de medidas a serem tomadas pelo Estado brasileiro para combater o racismo e o genocídio por parte de boa parte dos partidos da progressista (e branca) esquerda brasileira. “Pacto da Branquitude” veio justamente para ampliar essas discussões e provocar reflexões críticas sobre as dinâmicas de poder e privilégio que beneficiam a população branca em detrimento da população racializada.

O lançamento do livro de Cida Bento coincidiu com um momento de efervescência das discussões sobre branquitude e racismo no Brasil e no mundo, tornando-se uma referência

fundamental para os estudos acadêmicos, os ativismos sociais e as políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial. A obra contribuiu para ampliar a consciência crítica sobre as desigualdades raciais e para fortalecer a luta antirracista em todos os espaços da sociedade.

3 REPERCUSSÃO DA OBRA

Diferentemente de sua tese de doutorado, lançado em 2002, o livro “*O Pacto da Branquitude*” foi requisitado pelo contexto de grande tumulto nos debates sobre relações raciais que vivíamos no Brasil. Como dito anteriormente, por se tratar de uma década onde as discussões sobre o racismo tornavam-se cada vez mais presentes no mundo inteiro e, especificamente no Brasil, experienciamos um ano de eleição no qual abordamos cada vez mais a importância da política no combate ao racismo, o livro supracitado surge com o intuito de resumir a tese abordada no doutorado de Bento com uma linguagem de fácil acesso para aqueles que não frequentam os espaços acadêmicos, além de trazer referências mais atuais e expandir a ideia de pacto narcísico da branquitude para outras esferas da sociedade que não apenas a do trabalho, como por exemplo o meio político (Capítulo 4: Personalidade autoritária, masculinidade branca e nacionalismo).

Para compreendermos melhor a diferença entre a publicação do doutorado e a do livro “*O Pacto da Branquitude*” (2022), é necessário conhecermos melhor sua tese de 2002, que aborda as manifestações da identidade racial branca em falas de gestores de recursos humanos (chefes e profissionais de RH) de duas prefeituras do sudeste brasileiro, com o objetivo de aprofundar a compreensão da reprodução das desigualdades raciais nas relações de trabalho dentro das organizações. A branquitude, entendida como um elemento subjetivo oculto, é examinada como um fator que influencia a ação dos gestores nos processos de avaliação da força de trabalho, especialmente nos processos de seleção, promoção, treinamento, demissão e resolução de conflitos nas instituições. O texto destaca a persistente desigualdade entre negros e brancos no mercado de trabalho contemporâneo, assim como a tímida resposta das organizações brasileiras a essa realidade. Nas entrevistas com os gestores, a omissão e o silêncio desses atores importantes do mercado de trabalho são evidentes, já que raramente reconhecem a presença do negro em seus

ambientes profissionais. Isso sugere a existência de um pacto narcísico entre brancos, que implica na negação e evitação do problema em prol da manutenção dos privilégios raciais. O medo da perda desses privilégios e da responsabilização pelas desigualdades raciais constitui o substrato psicológico que leva à projeção do branco sobre o negro, carregada de negatividade. O negro é construído como um "outro" inferior em relação ao branco, que é percebido como superior e ameaçador. As alianças intergrupais entre brancos se caracterizam pela ambiguidade, negação do problema racial, silenciamento, interdição de negros em espaços de poder e esforço contínuo de exclusão moral, afetiva, econômica e política dos negros na sociedade. Nesse contexto, a branquitude é reconhecida como um lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a identidade racial, embora não nomeada como tal, acaba por definir a estrutura social. A preservação das hierarquias raciais e o pacto entre iguais encontram terreno fértil nas organizações, que tendem a ser reprodutoras e conservadoras dessa dinâmica.

4 OBJETIVO DA OBRA

A principal temática da obra é explorar o pacto implícito entre os brancos, que é o fator que perpetua a existência do sistema racista até os dias atuais. Cida Bento nomeou esse pacto como *"Pacto Narcísico da Branquitude"*. Para fundamentar essa ideia central, o livro tem como objetivo analisar detalhadamente o conceito desse pacto ao longo de seus capítulos, abordando uma variedade de temas relacionados ao pacto da branquitude. Ao examinar o livro, percebe-se que a autora o organiza como um mapa mental, no qual o tema central é o pacto da branquitude e os subtópicos vão sendo abordados em cada capítulo.

Cida Bento (2022) desenvolveu a tese do pacto da branquitude ao perceber que, no âmbito do trabalho, prevalecia uma união entre brancos que certificava a presença desses em grande maioria nesses locais. Essa união, ou acordo, se manifestava nos momentos de contratação de funcionários, nas promoções de cargo, no reconhecimento da competência, e assim por diante. Já no primeiro capítulo, a autora nos explica que as instituições, sejam públicas ou privadas, definem um funcionamento que torna comum os valores e perfis de funcionários brancos pelo fato da maioria dos trabalhadores apresentarem esse fenótipo. A sociedade brasileira adota

facilmente o discurso de que isso acontece por puro mérito desses sujeitos, mas é importante ressaltar que grande parte dessas “competências” são desenvolvidas através da familiaridade com determinados espaços e códigos aos quais pessoas pertencentes a grupos discriminados muitas vezes não têm acesso com facilidade. Atrelado a esse pensamento, encontra-se o fato de que não se discute a herança histórica que brancos carregam do período escravista. Existem numerosos estudos que analisam a situação em que uma parcela significativa da população negra vive, ocupando empregos precários, e como esse cenário é resultado de 400 anos em que a escravidão serviu como base do sistema econômico no Brasil. Entretanto, poucos são os intelectuais que se debruçam a quebrar o silêncio e falar as consequências positivas deixadas pela escravidão para aqueles que são descendentes dos escravistas. Por que não tratamos como problema racial brancos estarem majoritariamente em espaços de poder e de comando em nossa sociedade? Por que sujeitos negros são colocados como objetos de estudos a serem analisados, quando na verdade, são os brancos que produzem esse contexto de miséria no qual se encontra a maior parte da população brasileira? São esses os questionamentos que Cida Bento (2022) nos faz no início da obra, nos induzindo desde então a problematizar a invisibilidade da branquitude.

Ainda no início do livro, a autora prossegue sua tarefa de questionar a “invisibilidade” da branquitude dialogando sobre a colonização e o surgimento da identidade branca, quando os europeus conceberam esse “outro”, visto como antagônico a eles, caracterizado como violento, selvagem e uma ameaça que necessitava ser controlada. Por sua vez, os europeus se autodefiniram como “seres universais”, uma espécie de identidade clandestina, assumindo-se como o “homem universal”, em contraposição aos não europeus. A criação dessa identidade superior aos demais possibilitou que o branco disseminasse exclusão, repressão e violência. Quando os europeus abandonaram as colônias, deixaram aqui seus descendentes que reproduzem esse pensamento e que na atualidade sentem-se no direito de abdicar da responsabilidade que têm nos resquícios de colonização, mesmo que os descendentes dos “outros” não possam fazer o mesmo.

Ao decorrer dos capítulos, vemos que a autora vai desenvolvendo diversas temáticas que envolvem a tese central da obra. No capítulo 3, nos é apresentado o conceito de capitalismo racial, elaborado por Cedric Robinson, para explicitar que as bases do capitalismo estão

intrinsecamente ligadas à lógica da raça, etnia e gênero, e que seu surgimento está intimamente ligado a essas formas de opressão, sendo assim, um produto do colonialismo abordado nos primeiros capítulos.

No capítulo 4, são desenvolvidos os conceitos de personalidade autoritária, nacionalismo e masculinidade branca, o que nos ajuda a compreender como a branquitude interfere fortemente na política brasileira e mundial. A partir disso, Bento fala diretamente sobre os estudos acerca da branquitude, que surgiram nos EUA como um questionamento a supremacia branca ano início do séc. XX e foi desenvolvendo-se para outros questionamentos, como a usurpação que os brancos fazem a bens materiais e imateriais da população negra e o incomodo da branquitude ao aumento da presença negra em espaços antes considerados apenas de brancos.

Chegando próximo ao final do livro, Cida Bento (2022) vai abordando com maior frequência a influência do pacto no âmbito de trabalho. Há um capítulo exclusivo para a explicação do racismo institucional, que são as ações aparentemente neutras no presente, mas que refletem ou perpetuam os efeitos das ações desumanas ocorridas no passado. A autora discorre sobre essa manifestação de racismo nos locais de trabalho e como este acaba por influenciar todas as outras esferas da vida, como a educação, moradia, mortalidade, entre outros, especialmente ao tratarmos da condição da mulher negra em nosso país. Desde os tempos coloniais, são elas que têm como serviço o ato de cuidar das famílias brancas brasileiras e a profissão da funcionária doméstica acaba por se tratar de uma condição social, uma vez que há séculos mulheres negras são a maioria das profissionais atuando nesse trabalho. É interessante como a Cida Bento (2022) traz com maestria o impacto que a branquitude causa em nossa sociedade sem necessariamente abordá-la, somente ao apontar o estrago causado a milhares de pessoas.

Nos últimos capítulos, Bento (2022) dedica-se a falar das práticas antirracistas necessárias para a equidade racial. Fala sobre o CEERT, grupo que ajudou a fundar, voltado para questões raciais que procura assegurar os direitos da população negra com caráter intervencionista nos espaços empregatícios ou educacionais. A autora aborda o contexto atual de publicação do livro, sobre os protestos antirracistas que aconteciam no mundo inteiro e a movimentação nas redes sociais a favor de uma sociedade mais equânime, além de fazer uma breve fala sobre os brancos que se propõem a colocar o antirracismo em prática.

Como dito anteriormente, ao analisarmos os capítulos, notamos que o objetivo do livro é destrinchar a tese central, pacto da branquitude, explicando os principais assuntos que envolvem essa temática. Tal forma de organização faz com que o leitor consiga compreender facilmente o assunto mesmo que não esteja familiarizado com a discussão.

5 SÍNTESE DA OBRA

INTRODUÇÃO

Cida Bento nos introduz ao livro abordando previamente diversas situações e fatores que a levaram a seguir sua carreira e área de pesquisa.

Desde muito nova, a autora sentia o impacto do racismo em sua vida e na de seus familiares. Vindos da zona norte periférica de São Paulo, seus pais dedicaram uma vida de árduo trabalho para que Bento e seus irmãos pudessem se empenhar aos estudos. Apesar de não discutirem abertamente sobre racismo, tratava-se de uma família que possuía uma noção racial muito nítida. Todos os filhos conseguiram adentrar à universidade e Bento, que a princípio escolheu a carreira de Magistério, imediatamente percebeu que na Psicologia encontraria respostas para muitas perguntas que fazia a si mesma.

Trabalhando como psicóloga organizacional, Cida Bento passou a ter uma melhor compreensão de como a herança escravocrata rege até hoje as relações de trabalho nesses espaços. É inegável que pessoas brancas 100% das vezes são escolhidas para os altos cargos em empresas e instituições, mas até em trabalhos de recepcionista era exigido que mulheres brancas ocupassem, como a própria autora presenciou. Foram essas vivências que levaram Cida Bento a pesquisar acerca das relações raciais nos âmbitos de trabalho, sobretudo como brancos se portam em relação aos negros. A introdução deste livro nos traz uma visão muito completa do que moveu a autora a falar sobre esse tema e a desenvolver uma tese pioneira e única nos estudos sobre relações raciais no Brasil: O pacto histórico e não dito entre brancos que perpetuam seus privilégios estruturais.

CAPÍTULO I - Pacto Narcísico

No capítulo 1, Cida Bento aprofunda-se nos temas da meritocracia e da herança histórica (positiva e negativa).

As instituições privadas, públicas e da sociedade civil definem um funcionamento que homogeniza (torna comum) os valores e perfis dos funcionários e líderes brancos. Para justificar tal situação adota-se o discurso de que essa desigualdade ocorre por questões de mérito. A autora usa Daniel Markovits para uma breve explicação de meritocracia (p.20-21), mas também escreve seu próprio entendimento: *“O conceito comum de meritocracia é o conjunto de habilidades intrínsecas a uma pessoa que despende esforço individual e não estabelece nenhuma relação dessas ‘habilidades’ com a história social do grupo a que ela pertence e com o contexto no qual está inserida”* (p.21).

Vale lembrar que boa parte dessas “competências” são adquiridas a partir da familiaridade com certos espaços e códigos que pessoas pertencentes a grupos discriminados não tem facilidade ao acesso.

A ausência de um discurso que apontasse as ações dos brancos na história e a herança transmitida dos seus descendentes foi atenção de Bento durante seu mestrado na PUC-SP. Quando estudamos sobre a escravidão pouco se fala sobre a herança deixada pelos escravistas aos brancos e o impacto positivo que atribuiu a vida deles. Nesse silenciamento podemos presenciar o pacto que brancos “assinam” ao omitir o passado dos seus ancestrais, como por exemplo os diversos genocídios praticados. Mesmo que essas atrocidades tenham acontecido em boa parte do mundo, esse pacto tem um funcionamento duradouro pois trata-se de uma herança coletiva e não assumida publicamente. O branco se identifica com essa herança (por isso pacto narcísico) e os outros herdeiros, seja essa herança simbólica ou material. Contudo, e esse é um ponto-chave do pacto, os herdeiros, para proteger e fortalecer o acordo, devem comprometer-se a aumentar seu legado e passá-lo para gerações seguintes.

CAPÍTULO II - Branquitude e Colonização Europeia

Esse capítulo fala sobre a herança deixada pela Europa nos países colonizados. Toda a história ocidental evidencia a ideia de que os não europeus são inferiores e que isso justifica nossa posição de subserviência. O europeu criou esse “outro”, antagônico a eles e caracterizados

como violentos, selvagens e uma ameaça necessária de ser controlada. Por outro lado, os europeus se colocaram como “ser universal”: “uma espécie de identidade substituta, clandestina, subterrânea, colocando-se como ‘homem universal’, em comparação com os não europeus” (p. 28). Essa reação desigual possibilitou que o homem branco europeu e seus descendentes dissipassem a ideia de si próprios através da violência, da exclusão e repressão. Vale lembrar que antes do colonialismo, os continentes da África e Ásia eram relativamente ricos, porém devido a extração de recursos naturais e também da desestruturação das sociedades tradicionais ocorreu o empobrecimento dessas regiões. Todos os europeus foram beneficiados com a colonização, pois até mesmo os da classe mais pobre foram afetados pelo desenvolvimento econômico e mudança do trabalho árduo para as colônias.

Atualmente, o branco aparenta ter sumido da história da colonização, como se não tivesse participado e nem carregasse uma herança disso. Nessa parte do texto, a autora cita uma das entrevistadas para sua tese, especificamente uma situação na qual narrou que um homem negro se negou a buscar uma água de coco para ela: “*Então, nessa questão da preguiça, dessa letargia, isso vem desde a escravatura, sabe?*”. A entrevistada fala como se a necessidade de ser servida também não fosse uma herança dos brancos deixada pela escravidão. Apesar da fala da entrevistada, dados da Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) e do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) comprovam que a população negra brasileira trabalha 2 horas a mais do que a população branca no Brasil e mesmo assim ganha 30% a menos. Esse cenário é continuação do histórico que o trabalho tem no Brasil, um país no qual o escravizado foi motor para economia ao decorrer dos ciclos econômicos, além do próprio tráfico, que foi o negócio mais valoroso na primeira metade do século XIX no Brasil. Vale lembrar que o Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão e antes houve muitas leis de abertura pouco eficientes, como a Lei do Ventre Livre, de 1871, que libertava os filhos de escravizados, mas os deixavam sob a guarda do escravista que receberia uma indenização quando a criança completasse 8 anos ou ele poderia exigir um pagamento da criança obrigando-a a trabalhar até os 21. “*Para Daniel Teixeira, essa foi uma clara medida e institucionalização do trabalho infantil.*” (p. 34). Mesmo após a abolição, pouco foi feito pelo estado brasileiro para amparar a população, pelo contrário, o governo brasileiro financiou a vinda e estadia de pessoas

européias para o país, o que concretiza os pactos narcísicos de europeus e seus descendentes no Brasil.

CAPÍTULO III - Capitalismo Racial

No capítulo 3, intitulado “Capitalismo Racial”, Bento aponta similaridades em estudos sobre decolonialismo: a emergência em dar importância a outras narrativas, a crítica ao eurocentrismo e uma revisão historiográfica na narrativa colonial. Sobre esse último, na própria historiografia brasileira vemos um apagamento da resistência negra na história do Brasil, o apagamento das insurreições urbanas, das formações dos quilombos e dos séculos de luta pelos direitos civis da população. Tal omissão não acontece por acaso, como afirma Bento “As sociedades escolhem o que querem lembrar e o que querem esquecer”, ou seja, a memória pode ser a retificação de uma narrativa sobre o passado, onde um determinado povo é grandioso e esconde seu passado coberto de ações anti-humanitárias. Contudo, a memória também se trata de uma construção coletiva que atribui significados e valores às experiências passadas, reforçando o elo em comunidades.

Outro ponto muito abordado nesse capítulo são os coletivos negros que atuam nos dias de hoje e não há como desvincularmos o movimento negro da discussão sobre memória: O movimento negro como um todo é a memória viva, a lembrança sendo criada. Esses grupos estão diariamente relembando um passado de importância e protagonismo negro para nossa sociedade. O ato de priorizar essa narrativa faz parte do processo de quebra das ideias colonialistas, de rompimento com uma lógica racista e misógina. Tal processo é de extrema importância para que possamos compreender a dinâmica do capitalismo racista no qual estamos inseridos. O conceito de capitalismo racial, desenvolvido por Cedric Robinson, entende que há nas raízes do capitalismo a lógica da raça, etnia, gênero e que seu surgimento se deu através dessas opressões. Para o fim desse sistema é necessário “romper a aliança entre classes, elites políticas, educacionais, culturais e econômicas e uma parte da classe trabalhadora” (p. 41). Encontra-se nesse rompimento a trabalho de base exercido pelo movimento negro, que com o passar das décadas, tem sido o responsável por grandes feitos no país, como a adoção de cotas raciais nas universidades federais.

CAPÍTULO IV - Personalidade Autoritária, Masculinidade Branca e Nacionalismo

Como característica as personalidades autoritárias terão a convicção de que seu grupo é o centro de tudo e sempre verão os demais a partir de sua visão de mundo. Além de enxergá-las com seu próprio entendimento, esse grupo sempre terá um outro grupo para colocar como inimigo. Como exemplo, Cida Bento traz a visão marginalizada que é colocada sobre jovens negros das periferias e então cita a fala de um político que usa países africanos como parâmetro para algo inferior (p. 26), comparando esses países com favelas (como se essas fossem algo unicamente negativo) e comparando bairros elitizados com países europeus. Aqui é importante frisar que boa parte dos jovens periféricos que estão presos na esmagadora maioria das vezes são presos por porte muito pequeno de droga ou por outros crimes que, se fossem julgados honestamente, veriam que esses jovens são mais vítimas que criminosos.

Para fazer uma comparação que simplifique a discussão, Cida Bento traz os crimes de "colarinho branco", nos quais os criminosos (homens brancos, elitistas, políticos na maioria das vezes) dificilmente são julgados, mesmo que nessas situações sejam roubados milhões de reais. O que dificulta o julgamento nessas situações são (1) o fato de os juízes, ao verem os culpados e enxergarem a si mesmos, não conseguem ver o perfil que entendem ser de um criminoso e (2) a própria burocracia do Estado já é feita para que esses julgamentos demorem e acabem por ser arquivados. A dinâmica do Estado já funciona para que esses julgamentos não aconteçam, mesmo que se trate de crimes absurdos. A autora vai falar sobre os conceitos (Foucault) de "bipoder", que é o controle aos corpos dos indivíduos, e o de "bipolítica", que é a forma como o Estado funciona permitindo a execução do bipoder. Por exemplo: A justiça julga inúmeros corpos negros ao cárcere mesmo que seja por delitos pequenos (ação do bipoder), enquanto crimes altíssimos de "colarinho-branco" não são punidos pela própria forma de funcionamento do Estado, que acaba por permitir a falta de julgamento (bipolítica). Além de Foucault, Bento fala de Achille Mbembe para trazer o conceito de "necropolítica" que é a execução das mortes voltadas a corpos negros praticadas com total conhecimento do Estado.

Continuando sobre personalidades autoritárias, a imagem que estas personalidades absorvem sempre serão de homens brancos que passam uma imagem de força, virilidade, conservador e de "vencedores" (Ex: Trumpismo ou Bolsonarismo), associação que pode ser feita

com a de atletas norte-americanos. Essa associação é aceita e retribuída por boa parte da população, que se identifica com as ideias colocadas por essa figura, mesmo que não tenham conhecimento das políticas do sujeito em si. Essa identificação e aceitação por parte da população ocasiona em manifestações antidemocráticas, como as que ocorreram em 2020 pela volta da ditadura. Outro exemplo de consequência desses governos autoritários é aumento de posse de armas aqui no Brasil, que em 2020 teve um aumento de 91%. Para finalizar o capítulo, a autora pontua que o racismo é usado para definir quais grupos serão vistos como inimigo da nação, algo que acontece no Brasil desde os tempos da colonização.

CAPÍTULO V - O Campo de Estudos sobre Branquitude

O capítulo 5 aborda as três ondas dos estudos sobre branquitude, suas características e alguns pesquisadores de cada geração.

A primeira onda surge nos Estados Unidos, no final do séc. XIX e início do séc. XX, com intelectuais negros questionando a supremacia branca estadunidense. Como principal estudioso temos o Du Bois, que escreve uma tese inovadora sobre a identificação da classe trabalhadora branca com a elite branca, ao invés da classe trabalhadora negra, uma vez que essa classe trabalhadora branca ganha um tipo de "salário público e psicológico" ao ter a fator de raça como divisor e obter direitos civis que a população negra não tinha.

Na segunda onda, ainda nos Estados Unidos, os pesquisadores seguiram a mesma linha de Du Bois em relação a visibilizar a supremacia branca, porém com o foco em analisar discursos que tornavam a branquitude invisível. Muitos desses estudiosos analisaram como instituições estatais definiam quem é branco e distribuíam mais verbas para essas populações. A exemplo temos Peggy McIntosh que listou 46 privilégios de pessoas branca, como serem representados amplamente na TV, escolher maquiagem facilmente, entre outros.

A terceira onda está relacionada com a reação dos brancos ao aumento da presença negra em espaços antes frequentados somente por eles. A reivindicação da população negra pela apropriação de bens materiais e imateriais ameaça a supremacia branca e o nacionalismo se evidencia como uma forma de contestar a existência do racismo institucional, assim como a vitimização e as manifestações (grupos neonazistas, skinhead, klu klux klan) dos brancos. Esses

discursos são fortes desde o séc. XX, com a população branca atacando agressivamente políticas afirmativas e demonstrando amarguras que escondiam as desigualdades na sociedade. Nesse contexto, surgem estudos nos quais a branquitude é conceituada como um espaço de privilégio e poder construído historicamente.

Sem dúvida alguma, Steve Garner conseguiu pontuar as principais características da terceira onda, que são (algumas delas) a utilização da internet, de biografias, músicas, compreender a identidade supremacista branca pós-apartheid, entre outros.

CAPÍTULO VI - Racismo Institucional

Quando falamos sobre racismo institucional estamos nos referindo a “*práticas aparentemente neutras no presente, mas que refletem ou perpetuam o efeito de discriminação praticada no passado.*” (p. 43). O racismo institucional age em empresas, órgãos (públicos ou privados) e instituições responsáveis por cuidar da sociedade. Em razão disso, sua dinâmica interfere nas taxas de mortalidade entre pessoas negras, as péssimas condições de moradia, alimentação e por sua operação contínua, independente do racismo individual, que caracteriza-se pelas ações particulares de cada indivíduo. Por se tratar de um tema de grande interesse, Bento dedicou seu mestrado e doutorado as dinâmicas que ocorrem dentro das instituições de trabalho, “buscando recuperar, por meio de relatos da trabalhadora e do trabalhador negro, as práticas discriminatórias com as quais eles se defrontavam no ambiente corporativo e os mecanismos de resistência utilizados para se proteger ou combater essas ações.” (p. 39). Ao entrevistar profissionais do RH, Bento se deparou com funcionários que assumiam abertamente serem racistas. Tais declarações são imprescindíveis para entendermos o motivo de pessoas negras serem empregadas em menor quantidade em comparação aos brancos, pois são pessoas com essa visão de mundo que são responsáveis pela contratação de funcionários.

Nesse contexto, onde pessoas negras são encontradas numa quantidade mínima em instituições e empresas, pessoas brancas tendem a pensar que esses espaços pertencem a elas e, quando surge uma presença maior de pessoas racializadas ou quando essas ascendem no trabalho, brancos se sentem ameaçados. Além do sentimento de perda desses espaços, pessoas brancas ao se depararem com profissionais negros mais capacitados que eles, têm a consciência de que não

deveriam ocupar aquele cargo, porém mesmo assim o faz. Para Edith Pizza, isso é chamado de “lacuna moral”, um fenômeno caracterizado pela consciência da usurpação, pela falta de obrigação com a moral referente aos que estão sendo suprimidos e pela aprovação do uso da maldade humana.

É importante ressaltar que a área do trabalho interfere no âmbito da saúde, da educação e da segurança, ou seja, afeta toda condição de vida da população negra. Portanto, se faz urgente uma inclusão maior de pessoas negras em empresas e instituições e a introdução do diálogo sobre ética e “perda de privilégios”, uma vez que nesses espaços existem normas e ferramentas que silenciosamente consolidam a herança secular do grupo branco, fenômeno nomeado pacto narcísico.

CAPÍTULO VII - O Caso das Mulheres

O capítulo é iniciado com o relato de Sueli, uma entrevistada que trabalhava como trabalhadora doméstica e que compreendia sua luta por direitos trabalhistas como uma vingança por seus antepassados, como sua bisavó que foi uma mulher escravizada e morta com hemorragia no útero devido às violências vividas. Sueli morreu com câncer de útero e sua vida demonstra como a violência é uma herança secular entre negros e brancos. Para além da herança dos problemas de saúde, o trabalho de servir e cuidar também faz parte dessa sucessão histórica na vivência de mulheres negras, que compõe 68% das pessoas que prestam serviços domiciliares, de acordo com pesquisas do IPEA. Esses dados evidenciam a permanente condição que mulheres negras ocupam há séculos no âmbito do trabalho no Brasil.

A ocupação da trabalhadora doméstica no Brasil vai além de uma profissão, trata-se de um lugar social. Prova disso é a reação das brancas socialites se posicionando contra o direito das trabalhadoras domésticas em ter 1 hora de descanso em sua jornada de trabalho. Por que direitos dados a todos os trabalhadores é negado às funcionárias domésticas? Quando se trata da relação com a trabalhadora doméstica, a branquitude não é invisível. Toda classe média e alta brasileira demonstrou insatisfação quando os direitos dessas trabalhadoras foram iguados com as dos demais, mesmo que esse fato tenha ocorrido anos após a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

A situação das funcionárias domésticas enfatiza o que Lélia Gonzalez declara sobre o racismo ser a manifestação da neurose cultural brasileira que, com a junção do sexismo, produz uma repressão maior nas mulheres negras. Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e outras grandes intelectuais, teorizavam sobre a condição da mulher negra no Brasil desde os anos 1980, quando o feminismo negro já se manifestava no país. As pensadoras citadas acima foram responsáveis por mostrar ao movimento feminista a urgência de se interseccionar com as questões de raça. Desde os anos 80 até a atualidade, os estudos sobre feminismo negro tem crescido bastante, assim como os coletivos de mulheres negras em todo país. Contudo, ainda há muito a ser reivindicado e exigido, tal como respostas para o caso de Marielle Franco, parlamentar assassinada em março de 2018 por motivações políticas. Desde então, o Estado brasileiro tem sido cobrado para que observe e atue contra seu funcionamento violento, que tende a silenciar de forma perversa aqueles que exigem seus direitos básicos de existência.

CAPÍTULO VIII - Enfrentando os Desafios: CEERT

O CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades) é um grupo de estudos voltado para questões raciais no âmbito de trabalho com caráter intervencionista nesses espaços empregatícios, que surgiu de um grupo de ativistas que faziam parte do Conselho Estadual de Participação, no início dos anos 1990. Esse conselho tinha por objetivo elaborar intervenções em ambientes de trabalho, seja empresas privadas ou órgãos públicos, produzindo vídeos, cartilhas e questionários sobre o tema (relações raciais). Essas atividades eram de grande importância para a época, visto que naquele contexto, a esquerda brasileira não discutia sobre racismo, os trabalhadores brasileiros eram representados como brancos europeus e havia o entendimento de que as políticas para pobres resolveriam as desigualdades raciais.

Ainda no início da década, o CEERT organizou conferências interamericanas de muita importância, com federações internacionais que por consequência fizeram com que empresas no país aumentassem as vagas para pessoas negras. "Na convenção de trabalhadores no comércio do Estado de São Paulo, por exemplo, foram garantidos 30% dos postos de trabalho para trabalhadores não brancos" (p. 51). Com forte desejo de enfrentar a má representação negra no

trabalho, o CEERT junto a CUT e outras organizações do movimento negro, delataram o Brasil por desprezar a Convenção 111 da OIT, que cuida da equidade na ocupação e no emprego.

O CEERT também participou da Marcha 300 anos da Imortalidade de Zumbi dos Palmares, em 1995, que ocorreu em Brasília e mobilizou 30 mil pessoas de todo o país. Além da atuação na marcha, foi elaborado um documento para o presidente da República reivindicando políticas públicas de equidade racial.

O Centro de Estudos há anos vem atuando na realização de análises de reparação dentro das instituições de trabalho públicas e privadas, elaborando dinâmicas que trazem resultados mais equânimes, demonstrando sua importância ao longo dos anos para a melhoria nas relações raciais nos espaços de trabalho no país.

CAPÍTULO IX - Projetos de Transformação

No capítulo 9 é abordado as práticas antirracistas dentro das instituições de trabalho, sejam públicas, privadas ou civis. Inicialmente, Bento recorda uma pesquisa feita pela DiversityInc, em 2014, que expõem empresas brasileiras com alto desempenho e que tinham políticas de inserção de pessoas negras, mas, na prática, focava em projetos relacionados a gênero e pessoas com deficiência. Estamos falando de grupos sociais que sentem o impacto da discriminação racial desde muito cedo. Quando falamos sobre ações de equidade e diversidade estamos nos referindo a analisar o julgamento de valor atribuído a determinadas crenças, culturas, histórias que acabam gerando racismo e discriminação, afinal de contas, esse julgamento é feito a partir do que é diferente do branco, visto como a referência, o universal. Nesse momento, Bento cita o caso de uma jovem negra que, ao ser entrevistada para um cargo de poder, ouviu da consultora de recursos que usar roupas coloridas e o cabelo volumoso tirava dela a imagem de uma funcionária séria, ignorando toda competência que aquela mulher negra tinha para ocupar o cargo. Atitudes como essa nos mostram o “sistema meritocrático” predominante nesses âmbitos, que dão preferência para pessoas brancas em desfavor de pessoas negras. As políticas de diversidade e equidade tem por obrigação reconhecer indícios de discriminação *“nas normas, nos processos e nas ferramentas utilizados para selecionar pessoas para inserção e ascensão*

profissionais.” (p. 58). Vale salientar que o problema em questão nunca foi o cabelo de pessoas negras e sim a presença destas em locais que, segundos os brancos, pertencem a eles.

Os programas de equidade devem fazer parte da essência da organização, deve ser nítido nos princípios da instituição. Para isso, é de extrema importância que essas políticas analisem os processos de contratação e de promoção nos cargos, “Dessa forma é imprescindível realizar diagnósticos que permitam analisar e comparar trajetórias ocupacionais a partir de diferença de cargos e salários, oportunidades de desenvolvimento, promoção e mentorias.” (p. 59). Além do funcionamento interno, a empresa ou instituição, também deve aplicar as políticas de equidade e diversidade para seus fornecedores, analisando seus produtos, a relação com os clientes e seus serviços.

Há uma grande resistência dentro das instituições em aplicar essas políticas, o pensamento de que agregar pessoas racializadas nesses espaços vai fazer com que seu rendimento diminua ainda é muito forte. Contudo, é um raciocínio que foi refutado em diversas pesquisas, como a feita por McKinsey & Company em empresas na América Latina que comprovam o aumento no desenvolvimento de órgãos que adotaram políticas de diversidade e equidade. Apesar disso, a presença de pessoas negras e de debates sobre racismo nesses espaços causam um desconforto chamado por Robin DiAngelo de “fragilidade branca”, que ocorre quando “o estresse racial se torna intolerável para as pessoas brancas.”” (p. 61). Situações como lidar com pessoas negras em posição de liderança, participar de debates raciais de forma direta e serem racializadas são alguns dos casos que geram esse estresse racial em pessoas brancas.

Para além de empregar pessoas racializadas, aplicar tais políticas traz melhorias para toda sociedade, reforçando nossa democracia. É importante frisar a grande influência que essas empresas e instituições têm nos movimentos autoritários que acontecem em nossa sociedade. As ações de equidade e diversidade tem um significado imenso para combatermos falhas pertinentes no Brasil, problemas esses que vão além do racismo, mas que acaba por mostrar como este é de fato a maior doença existente em nosso país.

CAPÍTULO X - O Momento Presente

O livro, publicado em 2022, foi produzido e lançado em um período em que, segundo Marilena Chaui, se manifestava uma nova forma de totalitarismo, caracterizado pelos cortes nos direitos trabalhistas, pela precarização nos órgãos públicos, como o Ministério do Trabalho, entre outros. Esse empenho em silenciar e enfraquecer os trabalhadores é denominado "uberização" e, de acordo com uma pesquisa realizada pela Aliança Bike, 71% das pessoas que trabalham como entregadores ciclistas de aplicativo são jovens negros.

É necessário aplicar a esse fato o contexto de reforma da previdência, congelamentos dos gastos públicos e a pandemia de COVID-19, que segundo o relatório “Mortes evitáveis por COVID-19 no Brasil”, revela cerca de 120 mil mortes até o final de março de 2021 que poderiam ter sido evitadas caso houvesse políticas públicas adequadas para lidar com a situação. Com isso, é importante frisar que líderes de grandes empresas e instituições públicas têm responsabilidade por essas mortes. Relembrar que essas pessoas se mantêm no poder devido a uma herança construída historicamente é de extrema importância para compreendermos *“os abismos econômicos e sociais entre as populações negra, branca e indígena no Brasil, que inviabiliza a democracia ao consolidar um sistema que perpetua a geração de bônus para uns e ônus para outros”* (p. 65).

É importante salientar que os pactos narcísicos são justamente esses acordos não ditos que perpetuam a condição privilegiada do grupo branco. A herança desse grupo foi dada através do apoderamento de bens materiais e imateriais exercidos a partir da escravização e tal feito é tratado até hoje como mérito. Esse distanciamento da responsabilidade que os brancos têm com o racismo também é uma característica do pacto narcísico e as grandes empresas e instituições são transmissoras desses pactos. Em contraponto, movimentos sociais vêm ganhando mais presença nas mídias atuais e ocupando uma posição ameaçadora para essas instituições, provocando uma movimentação em partes da sociedade que até então não se manifestavam. Afinal, o que brancos podem fazer na luta contra o racismo?

EPÍLOGO

Quebrar o pacto narcísico não é apenas uma ação individual, é também combater, através de ações coletivas, instituições que carregam uma herança histórica no país. As manifestações antirracistas que assistimos é um reconhecimento por parte da população de que o sistema em que vivemos foi criado para oprimir pessoas racializadas e também uma reflexão do que pode ser feito para desampararmos os grupos que estruturalmente se beneficiam dessas opressões.

Essa parte final do livro nos mostra formas que empresas, órgãos públicos e coletivos operam para combater o racismo atualmente. Mesmo que esses auxílios ainda sejam muito pontuais, uma vez que essas colaborações são feitas por cobrança de investidores, por atos de racismo presente nas próprias instituições ou por demanda dos movimentos sociais, vale reforçar que dispor-se contra o racismo e a favor de ações equânimes exige uma posição de enfrentamento ao racismo nos âmbitos sociais, ou seja, nas empresas, instituições, órgãos e afins que compõe a estrutura social em que vivemos.

6 DEBATE ACADÊMICO

A autora Cida Bento cita diversas obras ao desenrolar do livro para sustentar as ideias que expõem em cada capítulo. Ainda no início do livro, especificamente no segundo capítulo, no qual é abordado a herança deixada pela Europa nos países colonizados, Bento faz citação a Clóvis Moura e seu livro “Rebeliões da Senzala” (1988). A obra, que foi o primeiro trabalho investigativo do autor na esfera historiográfica, enfatiza o papel central do escravizado, desafiando parte do entendimento estabelecido no pensamento social brasileiro sobre a contribuição do africano e do negro para as lutas nacionais. No contexto colonial e imperial retratado no livro, o negro não é meramente uma peça de trabalho ou um elemento racialmente marginalizado, mas sim um agente ativo na desestruturação do sistema escravocrata. Esta representação vai além da valorização cultural anteriormente sugerida por Gilberto Freyre, destacando a capacidade do africano não apenas de resistir ao colonizador, mas também de influenciar significativamente as estruturas sociais, tanto privadas quanto públicas. Clóvis Moura ressalta a ação política e organização dos escravizados, enfatizando revoltas e insurreições que

evidenciam um antagonismo persistente entre senhores e escravizados, desequilibrando as relações de poder.

Ainda no segundo capítulo, vemos menção ao trabalho “Desígnios Da Lei De Terras: imigração, escravismo e propriedade fundiária no Brasil Império” de José Sacchetta Ramos Mendes, doutor em História Social. Nesse artigo, é examinado o período inicial da transição do regime escravocrata para o sistema de trabalho assalariado no Brasil (1840-1870). Duas principais influências moldaram esse período: o fim do tráfico transatlântico de escravizados e a crescente demanda por mão de obra na indústria cafeeira brasileira. Diante dessa conjuntura, surgiram diversas tentativas para resolver o impasse, incluindo iniciativas para empregar trabalhadores livres estrangeiros, como os contratos de parceria e de engajamento. Contudo, as queixas e revoltas dos trabalhadores europeus contra os abusos nas plantações de café resultaram na proibição do recrutamento de mão de obra para o Brasil. A Lei Eusébio de Queirós, que aboliu o tráfico de escravos, foi promulgada duas semanas antes da Lei de Terras, que restringia o acesso dos pequenos agricultores à propriedade da terra. Com essa lei, a aquisição de terras passou a ser feita por compra e venda, em vez de posse e cessão, como era comum desde os tempos coloniais. Essa medida dificultou o acesso à pequena propriedade rural e incentivou a expansão dos latifúndios em todo o país.

Apenas com esses dois textos citados acima, podemos analisar que Cida Bento dialoga muito com a historiografia para examinar a branquitude no Brasil. No capítulo intitulado “Branquitude e Colonização Europeia”, discute-se a compreensão de que os europeus, após germinar a ideia de ser humano universal, eles próprios, e de seres antagônicos a eles, os “outros”, retirou-se da colônia deixando aqui seus descendentes, que perpetuam esse raciocínio. Para discussão de tal assunto, a historiografia se faz de extrema importância, pois assim conseguimos compreender que “À medida que a Europa foi se expandindo pelo mundo e os europeus foram acessando e se apropriando dos recursos materiais e simbólicos dos “outros”, a narrativa da branquitude foi sendo construída.” (BENTO, Cida, 2022, p. 30). Conhecermos a história da colonização é essencial para se entender o conceito de branquitude enraizada em nossa sociedade até os dias atuais.

Ainda tratando-se da colonização, vemos a abordagem da obra “Os Condenados da Terra” de Frantz Fanon. Nesse livro são abordados os efeitos prejudiciais da colonização, incluindo impactos devastadores na saúde mental dos indivíduos e nas nações da esfera sul do globo. No entanto, seu foco principal reside no processo histórico de descolonização na África, do qual o autor foi um observador privilegiado.

A obra de Fanon dialoga bastante com outro trabalho citado por Bento, ambos no capítulo 3, do escritor Albert Memmi, chamado “Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador”, no qual o autor busca fazer uma análise social profunda e minuciosa dos atributos distintivos dos dois protagonistas desse encontro: o colonizador e o colonizado. Memmi faz uma análise interessante ao determinar dois tipos de colonizador. Um representa aqueles que inicialmente resistem ao processo colonial e lutam contra as adversidades que encontram ao tentar, sem êxito, rejeitar a realidade colonial. Eventualmente, chegam à conclusão de que é impossível realizar seus desejos, já que recusar a colonização e permanecer na colônia resultava em ser considerado desertor pelos demais colonizadores, além de que tão pouco seria reconhecido como colonizado a não ser que aderisse a cultura, o que não era sua intenção. O outro perfil de colonizador é o que reconhece a si mesmo como usurpador e demonstra uma coerência maior ao defender fervorosamente o processo colonial, já que ele próprio é o principal beneficiário. Este indivíduo constantemente busca legitimar suas práticas exploratórias, enquanto procura desvalorizar o colonizado, de forma a persuadir outros de que o papel do colonialista é indispensável para o funcionamento adequado da sociedade em questão. Essa análise do perfil do colonizador é muito interessante e relevante quando colocamos a branquitude em questão, uma vez que se trata de uma observação feita dos brancos antecessores aos que analisamos atualmente, mas que ainda sim carregam muitas similaridades. O livro é reconhecido como um clássico do pós-colonialismo, uma corrente de pensamento emergente nas ciências sociais, e é estudado não apenas nesse campo, mas também nas Relações Internacionais. Sua leitura é considerada essencial para qualquer pessoa interessada em explorar o legado deixado pela colonização, como os estudos sobre branquitude, tanto nos países afetados diretamente quanto nos povos envolvidos.

Ao decorrer dos capítulos, o leitor vai sendo apresentado ao contexto contemporâneo da branquitude. No capítulo 4, “Personalidade Autoritária, Masculinidade Branca e Nacionalismo”, vemos o quadro mais atual que o Brasil vivenciava no ano de publicação do livro. Abordando conceitos como “personalidade autoritária” e “crime de colarinho branco”, Bento nos faz enxergar de que forma a branquitude interfere completamente no contexto político brasileiro, contexto esse que, apesar de estarmos familiarizados, não enxergamos de forma crítica o caráter racial que carrega, uma vez que estamos acostumados a racializar discussões apenas quando pessoas negras são colocadas no centro. No momento de publicação do livro, vivíamos os últimos meses do governo Bolsonaro e para compreender como sua chegada ao poder estava conectada com outros governos ao redor do mundo, somos apresentados ao texto “*Notas para a compreensão do bolsonarismo*”, de Daniel Aarão Reis. O propósito deste trabalho é fornecer uma análise do fenômeno do bolsonarismo, que compreende um conjunto de propostas e valores ligados à ascensão política de Jair Bolsonaro à presidência da República brasileira, conduzindo uma discussão preliminar sobre a natureza do governo Bolsonaro e das alianças que o respaldaram e o mantiveram.

Discorrendo sobre personalidades autoritárias, Bento pontua que uma de suas características é sempre colocar um grupo como seu inimigo. Por exemplo, a comunidade LGBT foi grande alvo de notícias falsas durante as eleições em que Bolsonaro foi eleito. No Brasil, grande maioria das vezes pessoas negras de periferia são postas como um alvo que o Estado precisa controlar. Exemplo disso é um dado levantado por Bento, ainda no capítulo 4: “*Entre 2000 e 2014, a população feminina nos presídios aumentou 567,4%, e duas em cada três mulheres presas são negras (67%).*” (p. 48). Parte dos agentes da lei, incluindo policiais, promotores, juízes e outros profissionais que atuam no sistema de justiça penal, em sua maioria brancos, pode inadvertidamente perpetuar, disseminar e apoiar um sistema racial de “produção de verdades”, que tende a facilitar a criação de evidências e a ação policial voltada para o aumento do poder punitivo e o encarceramento em massa de indivíduos considerados “suspeitos”. Nesse momento do capítulo, nos é apresentado o trabalho de Dina Alves, advogada e pesquisadora assistente da Universidade de Indiana (Estados Unidos), intitulado “*Rés negras, juízes brancos: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma*

prisão paulistana”. O artigo contextualiza a vivência das mulheres negras no aumento significativo do encarceramento no Brasil e em São Paulo na última década, utilizando dados estatísticos do Infopen (Sistema Integrado de Informações Penitenciárias) e introduzindo uma perspectiva feminista negra como uma abordagem teórica alternativa para compreender e interpretar a distribuição da punição dentro do sistema de justiça penal paulista. Para isso, a pesquisa aborda as trajetórias de vida de três mulheres negras condenadas por tráfico de drogas na cidade de São Paulo.

Tratando-se da condição da mulher negra perante a sociedade, Cida Bento dedica um único capítulo para esmiuçar melhor o assunto. Em “O Caso das Mulheres”, Bento faz referência a diversas intelectuais negras, como Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, que Cida Bento chega a referenciar teoricamente. A fim de usar como suporte para embasar seu raciocínio, no capítulo 7, citado logo acima, Bento ao falar da condição histórica que mulheres negras ocupam na sociedade brasileira em trabalhos domésticos, cita Luana Pinheiro, doutora e mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília, no seu trabalho “Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: Reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da Pnad Contínua”, realizado em parceria com outras intelectuais. Como dito anteriormente, o trabalho doméstico no Brasil continua sendo predominantemente associado às mulheres.

No contexto do mercado de trabalho, é exercido por um contingente significativo de mulheres negras, com baixa escolaridade e provenientes de famílias de baixa renda. Utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atualizados até 2018, esse texto oferece uma análise do perfil sociodemográfico das trabalhadoras domésticas brasileiras, abordando diferentes modalidades de trabalho doméstico. Particular ênfase é dada aos novos padrões emergentes na categoria, como o aumento da participação de diaristas e a diminuição daquelas que residem no mesmo local onde trabalham. Além disso, são discutidos aspectos relacionados à informalidade da categoria, especialmente diante do crescimento do número de diaristas, assim como dados sobre os rendimentos das trabalhadoras. Uma análise do tempo dedicado pelas trabalhadoras domésticas também é apresentada, destacando a sobrecarga de atividades decorrente da

combinação do trabalho remunerado nos lares dos empregadores com o trabalho não remunerado em seus próprios domicílios.

Dentro do contexto apresentado acima, no mesmo capítulo, discute-se a reação da branquitude brasileira a conquista de direitos trabalhistas a essas profissionais, evidente na reação das socialites brancas que se posicionaram contra o direito das trabalhadoras domésticas de terem uma hora de descanso durante sua jornada de trabalho, por exemplo. Por que os direitos concedidos a todos os trabalhadores são negados às funcionárias domésticas? Quando se trata da relação com as trabalhadoras domésticas, a influência da branquitude não passa despercebida. Toda a classe média e alta brasileira demonstrou insatisfação quando os direitos dessas trabalhadoras foram equiparados aos dos demais, mesmo que isso tenha ocorrido anos após a promulgação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Essa reação é uma clássica manifestação da branquitude acrítica, teorizada pelo historiador Lourenço Cardoso em seu trabalho inconfundível “Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista”. Nesse artigo, Cardoso dividi a branquitude em dois grupos: a branquitude acrítica, sendo aquela que sustenta a supremacia branca e nega a existência da meritocracia e do racismo e a branquitude crítica, que são aqueles com letramento racial e consciência dos seus privilégios na sociedade, comprometendo-se com a luta antirracista. O artigo tem o objetivo de destacar a importância de distinguir ambos os grupos, explorando as complexidades dessas identidades e seus impactos na luta contra o racismo, sobretudo analisando atentamente a profundidade do crescimento e fortalecimento de grupos supremacistas brancos, como a Klu Klux Klan, representantes da branquitude acrítica.

Outro trabalho importantíssimo para os estudos sobre branquitude no Brasil e que também modificou a nossa forma de enxergar esse grupo é o “Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana” da psicóloga social Lia Vainer Schucman. O propósito desta tese é investigar e examinar como a concepção de raça e as percepções relacionadas à branquitude são adotadas e elaboradas por indivíduos brancos na cidade de São Paulo. Além disso, Schucman analisa suas implicações para a compreensão do racismo contemporâneo, acompanhado de uma revisão teórica sobre como o conceito de raça foi originado a partir do pensamento acadêmico europeu do século XIX e difundido no pensamento

social paulistano. A pesquisa foi conduzida através de entrevistas e conversas informais com indivíduos que se identificaram como brancos, pertencentes a diversas classes sociais, faixas etárias e gêneros. O objetivo era entender a diversidade da branquitude em São Paulo. As análises revelaram que esses indivíduos tendem a perpetuar discursos hierárquicos, tanto biológicos quanto culturais, colocando o branco acima de outras identidades racializadas, o que evidencia a persistência do racismo como um elemento unificador da identidade racial branca nessa cidade. Além disso, é observado que as percepções construídas sobre a branquitude exercem influência sobre o próprio grupo de brancos, estabelecendo diferenças e hierarquias internas. Assim, a branquitude é moldada por uma variedade de fatores, como origem, regionalidade, gênero, fenótipo e classe social, indicando que a categoria “branco” é objeto de controvérsias internas, e que certos tipos de branquitude podem servir como marcadores de hierarquias dentro dessa categoria.

Ao analisarmos os trabalhos de Cardoso e Schucman, observamos a importância de termos contato com os estudiosos das relações raciais no Brasil dos séculos anteriores. Esse processo foi realizado por Cida Bento em sua tese de doutorado, no qual ela utilizou 2 linhas de estudo sobre relações raciais. A primeira de pensadores do século XIX que classificavam pessoas negras como inferiores biologicamente a fim de justificar a escravidão. Como exemplo, Bento nos traz Nina Rodrigues, um médico eugenista que analisava religiões de matriz africana em Salvador e a influência cultural que os africanos operavam na formação da nacionalidade brasileira, uma vez que na sua visão a temática do povo negro e da miscigenação estava no centro da construção dessa identidade, sendo essa uma preocupação recorrente entre os eugenistas daquele período. Na obra “Os africanos no Brasil”, Nina Rodrigues se dedica a examinar a origem dos africanos de forma separada, a fim de avaliar o “grau civilizatório” das etnias que vieram para a colônia. Para o estudioso, os negros islamizados eram possuidores de habilidades superiores, por serem alfabetizados, instruídos e proficientes no idioma árabe. Segundo ele, sua suposta "superioridade intelectual" teria permitido a compreensão de muitos dos princípios do monoteísmo muçulmano.

A segunda linha seguida por Bento refere-se a estudiosos do século XX afirmando que pessoas negras não são inferiores biologicamente, mas que a escravidão os deformou

psicologicamente. Como exemplo, temos Florestan Fernandes em “A integração do negro na sociedade de classes”, no qual o autor expõe o dilema social enfrentado pelo negro durante a transição da sociedade brasileira de uma estrutura predominantemente rural para uma ordem urbana, analisando as tensões vivenciadas por esse grupo social na cidade de São Paulo. Uma questão crucial para a compreensão dessa obra é observar como os valores e comportamentos oriundos do ambiente rural se manifestam e se transformam na dinâmica urbana. Fernandes argumenta que esse fenômeno atravessa todas as classes sociais e diferentes grupos sociais envolvidos.

Uma colocação importante feita por Bento em relação aos pensadores supracitados é o fato de que ambos dedicaram uma vida de estudos a condição da população negra, mas nunca a situação dos escravizadores e seus descendentes na sociedade. *“Se Florestan Fernandes, tão consciente do racismo no Brasil, não conseguiu enxergar o impacto da escravidão no seu próprio grupo branco, era preciso compreender a cegueira conveniente e o silêncio cúmplice da branquitude.”* (BENTO, Cida, 2022, p.63).

Em todo o livro, há diversas obras com as quais Cida Bento dialoga e se apoia para defender sua linha de raciocínio. Entre elas, muitas são estrangeiras, o que dificultou a análise dessas citações devido ao curto tempo de produção desse trabalho. Todavia, vale salientar que, enquanto um trabalho de conclusão da área da História, é de grande importância observar com Cida Bento dialoga e embasa-se na historiografia para explicar suas ponderações.

7 REFERENCIAL TEÓRICO

Uma de suas primeiras referências teóricas abordada logo nos primeiros capítulos é o René Kaës, que trouxe uma grande contribuição a Psicanálise ao tratar da transmissão psíquica entre gerações, introduzindo o conceito de pacto narcísico como um elemento fundamental nesse processo. Ele propôs que a transmissão psíquica ocorre através de um processo bastante complexo, que envolve não apenas a transferência de conteúdos conscientes, mas também de elementos inconscientes e simbólicos. O pacto narcísico é um elemento-chave nesse processo, pois refere-se à ligação entre as gerações, na qual os membros de uma família compartilham

características e identificações que muitas vezes são inconscientes. Esse pacto é estabelecido como uma forma de preservar a continuidade e a união familiar, podendo carregar consigo aspectos positivos, como a continuidade de valores saudáveis, e negativos, como a repetição de padrões disfuncionais.

A transmissão geracional no contexto do pacto da branquitude refere-se à maneira como as atitudes, crenças e privilégios associados a esse grupo são passados de uma geração para outra. Isso pode ocorrer de forma direta, por meio de ensinamentos explícitos, ou de maneira indireta, através de acordos não ditos.

Outro intelectual abordado já no primeiro capítulo é Sigmund Freud com o conceito de “lembranças encobridoras”. Tal conceito aborda a ideia de que certas lembranças, especialmente aquelas associadas a experiências emocionalmente dolorosas ou perturbadoras, podem ser empurradas para o inconsciente. No entanto, em vez de desaparecerem completamente, essas lembranças são encobertas por memórias mais aceitáveis ou menos perturbadoras. Para a branquitude, anular ou modificar memórias passadas relacionadas as diversas ações anti-humanitárias cometidas por seus antepassados é uma manifestação de negacionismo histórico, evitando o confronto direto com grupos racializados e preservando sua posição de comando e privilégio na ordem mundial atualmente. Um exemplo desse negacionismo é uma fala do ex-presidente Jair Bolsonaro em uma entrevista à Roda Viva de 2018, no qual afirmou que: “O português nem pisava na África. Foram os próprios negros que entregavam os escravos”. Falas como essa me remete a um trecho do livro no qual Cida Bento (2022, p. 25) comenta:

O pacto é uma aliança que expulsa, reprime, esconde aquilo que é intolerável para ser suportado e recordado pelo coletivo. Gera esquecimento e desloca a memória para lembranças encobridoras comuns. O pacto suprime as recordações que trazem sofrimento e vergonha, porque são relacionadas à escravidão.

A discussão acerca da memória é muito presente em todo livro, sobretudo no capítulo 3, ao abordar como nossa sociedade é bastante seletiva no que diz respeito as versões da história que se difundiu ao decorrer dos anos. O que permite a negação desses acontecimentos que marcaram a vida de milhares de indivíduos ao redor do mundo e, que ainda hoje geram consequências, é a administração da memória ou, mais especificamente, a amnésia coletiva, como teorizou Charles W. Mills. Isso ocorre pois, desde o fim do sistema escravista, brancos têm

definido o que será exposto nos livros de História, quais acontecimentos e personalidades serão celebradas em feriados, quais os sujeitos homenageados em espaços públicos, o que será ensinado nas escolas, e assim por diante. Essa memória, ou a falta dela, determina a identidade dos indivíduos. Charles W. Mills (2018, p. 429) elucida muito bem esse ponto ao falar que:

Dessa forma, haverá memória tanto oficial quanto contramemória, com julgamentos conflitantes sobre o que é importante no passado e o que é desimportante, o que aconteceu e importa, o que aconteceu e não importa, o que não aconteceu de modo algum. Assim, aplicando isso para raça, haverá obviamente uma relação íntima entre a identidade branca, a memória branca e a amnésia branca, especialmente sobre vítimas não-brancas.

Ainda no capítulo 3, nomeado “Capitalismo Racial”, vemos uma estimada referência ao conceito desenvolvido por Cedric J. Robinson cujo nome é o título deste capítulo. A ideia de capitalismo racial é uma abordagem crítica que analisa a relação intrínseca entre o sistema econômico capitalista e a opressão racial. Robinson argumenta que o capitalismo, desde suas origens, foi estruturado e moldado pela exploração e discriminação racial. Segundo o autor, o capitalismo se baseia na criação de hierarquias raciais que perpetuam a desigualdade e a exclusão social. Ele argumenta que o racismo não é apenas uma ideologia ou uma questão individual, mas uma estrutura sistêmica que é fundamental para a manutenção do capitalismo. Por exemplo, a escravidão e a colonização foram elementos imprescindíveis na acumulação de capital nos primórdios do capitalismo, e a exploração de povos racializados continua a ser uma característica persistente do sistema econômico global. Além disso, o capitalismo molda e perpetua estereótipos raciais, que são usados para justificar a exploração e a opressão de certos grupos. Contudo, é importante frisar que apesar da opressão racial ser o principal originador do capitalismo que vivenciamos hoje, o racismo não é a única violência a beneficiar esse sistema e, para isso, cito uma fala pontual de Tâmis Parron (2020), que também é citado por Cida Bento nesse capítulo:

A raça é um dos moduladores da distribuição desigual de mais valia. Mas não é o único. Gênero é outro. Exploração de crianças é outro. Defasagem salarial nacionalmente definida (por política cambial) é outro. E devastação ambiental também é um desses moduladores. O capital cria equivalências abstratas e desigualdades concretas ao mesmo tempo.

No capítulo seguinte, há uma discussão acerca da forte popularidade que personalidades políticas autoritárias têm ganhado nos últimos anos ao redor do mundo. Uma das principais

características dessas personalidades é a criação de um grupo inimigo que precisa ser combatido. No caso brasileiro, com a intensa onda de conservadorismo que nos assombra, junto ao racismo, este grupo possui um perfil específico: corpos negros da periferia que, em sua grande maioria, são homens jovens. Por vivermos em uma sociedade racialmente segregada que enxerga pessoas negras como inimigos que precisam serem dominados, esses indivíduos sofrem penalizações muito mais rigorosas que pessoas brancas de classe alta, mesmo que estes últimos comentam crimes muito mais graves. A esses delitos damos o nome de “crimes de colarinho branco”, conceito desenvolvido por Edwin Sutherland em meados do século XX. De acordo com um trabalho de tradução da tese original, feito pelo advogado Lucas Minorelli (2014, p. 94), a proposta do tema:

É a de que o conceito e explicações para o crime, como descritos, são inadequados e incorretos, que o crime, de fato, não está estritamente correlacionado com a pobreza ou com condições psicopáticas e sociopáticas associadas com a pobreza e que uma explicação adequada do comportamento criminoso deve proceder por caminhos diversos. As explicações convencionais são inválidas, sobretudo porque derivadas de amostras enviesadas. Elas são enviesadas porque não incluem vastas áreas do comportamento criminoso de pessoas que não pertencem à classe baixa.

A política brasileira está repleta de casos de colarinho branco que não são condenados. Em 2012, o Conselho Nacional de Justiça divulgou uma pesquisa apontando que haviam 25.799 processos de corrupção em tramitação na justiça, mas somente 205 réus foram terminantemente condenados. Ainda em 2012, os tribunais brasileiros registraram 594 julgamentos definitivos e 96 prescrições (arquivamento) sobre corrupção e lavagem de dinheiro. Entretanto, o número de acusações colhidas foram muito maiores, fechando 1.763 denúncias e 3.743 processos civis abertos por improbidade administrativa. É absurdo pensar que crimes como esses, que roubam dos cofres públicos milhões de reais que poderiam ser muito bem usados com a população brasileira, saem impunes e outros tantos nem sequer serão sentenciados. A régua usada para julgar esses crimes é extremamente desigual quando comparada aos delitos cometidos por jovens negros da periferia, que na esmagadora maioria das vezes são enviados à prisão por pequenas infrações, acabando por ocupar mais da metade da população carcerária.

Nesse momento do livro, Cida Bento nos traz os conceitos de “biopoder” e “biopolítica” do Michel Foucault para compreendermos melhor a atuação do Estado e outras instituições no que se refere ao sistema prisional. O termo “biopoder” refere-se aos micro-poderes que

perpassam todas as relações sociais e não estão centralizados em uma única instituição ou autoridade, operando de forma generalizada e descentralizada nos níveis mais íntimos e cotidianos da vida social. No contexto do sistema carcerário brasileiro, o bipoder se manifesta através das relações de domínio que permeiam o ambiente prisional. Isso inclui as dinâmicas de poder entre os próprios detentos, entre os presos e os agentes penitenciários, bem como as práticas disciplinares e de vigilâncias adotadas dentro das prisões. Por exemplo, a criação de hierarquias entre os detentos, muitas vezes baseadas em critérios como pertencimento a facções criminosas, idade, etnia ou status socioeconômico, demonstra como o bipoder opera dentro das próprias celas. Já o conceito de biopolítica refere-se a gestão dos corpos e das populações pelo Estado e outras instituições através de técnicas de poder que visam não apenas reprimir, mas também regular e normalizar a vida dos indivíduos, preocupando-se com a condução das vidas individuais e das populações como um todo. Ela se manifesta em áreas como a saúde pública, a educação, o controle da imigração, o urbanismo, entre outros campos, onde o Estado e outras instituições exercem um controle cada vez mais intrusivo sobre os corpos e comportamentos dos indivíduos.

A biopolítica no sistema carcerário brasileiro se reflete na forma como o Estado administra e controla a população carcerária como um todo. Isso envolve não apenas a punição dos indivíduos por crimes cometidos, mas também a gestão das populações encarceradas através de políticas e práticas que visam não apenas reprimir, mas também regular e normalizar suas vidas. Por exemplo, as políticas de ressocialização e as condições de vida dentro das prisões são áreas onde a biopolítica se manifesta. A superlotação, a falta de acesso a serviços básicos como saúde e educação, bem como a violência e a corrupção dentro das prisões, são exemplos das formas como o Estado exerce controle sobre os corpos e comportamentos dos detentos.

Trazendo os conceitos supracitados para o debate racial, Achille Mbembe cunhou o termo “necropolítica” para descrever a forma como o poder político exerce controle e dominação através da gestão da morte e da violência, portando esse conceito como instrumento teórico de entendimento da execução da política contemporânea. O autor argumenta que a sociedade colonial era definida por hierarquias, e que toda forma de segregação e desumanização vivida pela população negra nesse período serviu para validar o sistema capitalista vigente. De acordo

com Mbembe, a discriminação racial se institui como elemento de comando e dominação nas relações de poder. Segundo o autor, a necropolítica vai além da bipolaridade, pois se concentra na instrumentalização da morte como ferramenta de poder e isso pode se manifestar através dos genocídios, massacres, guerras civis, políticas de segregação e outras formas de violência sistemática. Nas palavras de Cida Bento (2022, p. 49-50)

O racismo permite o exercício do biopoder, “este velho direito soberano de matar”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para aceitabilidade do fazer morrer”.

Ao sermos expostos a esses conceitos e discussões, o pensamento de Edith Pizza se faz muito bem-sucedido uma vez que esta “*destaca que a igualdade social é experimentada apenas entre iguais (de mesma classe e raça)*” (BENTO, 2022, p. 66). Edith Pizza é uma grande intelectual que se dedica a estudar a branquitude e em diversos momentos do livro é citada por Cida Bento. Quando discutimos sobre esses mecanismos de poder que estabelecem condições desumanas a vidas de pessoas racializadas é também importante frisar as pequenas ações vigentes nas relações pessoais, que também contribuem para o exercício do racismo no seu funcionamento mais amplo e geral. Além do mais, pessoas brancas têm absoluto conhecimento de que obtêm privilégios sobre pessoas não brancas e de que adquirem, na maioria das vezes, melhores condições em quase todos os âmbitos da vida em detrimento de pessoas racializadas. Para Edith Pizza, isso é chamado de “lacuna moral”, um fenômeno caracterizado pela consciência da usurpação, pela falta de obrigação com a moral referente aos que estão sendo suprimidos e pela aprovação do uso da maldade humana. Como exemplo, podemos citar uma passagem do capítulo 6, no qual é abordado o racismo vigente no âmbito do trabalho, onde pessoas negras são encontradas numa quantidade mínima em instituições ou empresas e pessoas brancas racionalizam que esses espaços pertencem a elas. Quando surge uma presença maior de pessoas racializadas ou quando essas ascendem no trabalho, brancos se sentem ameaçados. Além do sentimento de perda desses espaços, pessoas brancas ao se depararem com profissionais negros mais capacitados que eles, têm a consciência de que não deveriam ocupar aquele cargo, porém mesmo assim o faz, concretizando-se assim, a lacuna moral.

Os conflitos raciais presentes no âmbito do trabalho foi o que levou Robin DiAngelo (2018, p. 35-36) a teorizar o conceito de “fragilidade branca”, que se trata de:

Um estado em que até mesmo uma quantidade mínima de estresse racial se torna intolerável, desencadeando uma série de movimentos defensivos. Esses movimentos incluem a expressão de emoções como raiva, medo e culpa, e comportamentos como discussão, silêncio e abandono da situação criadora de estresse.

A fragilidade branca nada mais é do que um sentimento de estresse que pessoas brancas têm ao se depararem com pessoas negras em posição de poder, quando conversam sobre racismo de forma direta, ao serem racializadas (uma vez que brancos se vêem como seres “universais”), quando suas atitudes racistas não acobertadas por seus amigos brancos ou outras pessoas racializadas, ao serem informados sobre as vivências de outros grupos raciais, quando são questionados em relação a meritocracia, e assim por diante. Locais de trabalho são espaços onde cada vez mais surge a necessidade em debater assuntos como racismo e outras formas de discriminação, logo são âmbitos nos quais o estresse racial do branco é muito presenciado. A própria Robin DiAngelo introduz seu artigo narrando uma situação em que dava uma palestra sobre racismo e um funcionário branco apresenta um comportamento raivoso ao se deparar com tal assunto sendo abordado de forma direta, sendo assim imprescindível para esses cursos de educação racial que se utilize uma linguagem “codificada”, evitando até mesmo palavras como “privilegiado”, “branco”, entre outros termos que tratem o racismo de forma aberta.

As referências teóricas utilizadas por Cida Bento nesse livro são ricas e extremamente diversas, indo da Psicanálise até a Advocacia. Essa característica traz ao livro uma abundância de informações que ajuda o leitor a compreender a totalidade da importância que o tema central do livro possui, além de estimular o consumidor dessa obra a procurar por outros trabalhos presente nas notas, que eventualmente pode se interessar por outros temas associados ao do livro debatido.

8 FONTES

As fontes presentes no livro são mais diversas, se comparadas a tese de doutorado. O trabalho desenvolvido em 2002 tem como fonte as narrativas dos entrevistados por Cida Bento nos meios corporativos por ela analisado.

Eu fico vendo assim, numa seleção mesmo, eu fico imaginando, talvez até eu tô aqui voltada pra isso, de repente uma pessoa linda de olhos azuis - são lindos os seus - ... e um negro... se os potenciais se equilibrassem, eu acho que a questão do estereótipo ele, o branco, me convenceria tá entendendo, mais do que um negro. Então eu acho que talvez seja por isso, seja pelo meu próprio preconceito, sabe...

Esse relato está presente no quarto capítulo da tese de Bento, no qual uma funcionária dos recursos humanos assume abertamente que o fenótipo do candidato interfere em sua contratação.

Contudo, o livro publicado em 2022 tem diversos tipos de fontes, incluindo as falas que foram apontadas na tese de doutorado. Como por exemplo, na página 31, onde a autora cita outra fala de uma psicóloga organizacional que foi entrevistada enquanto escrevia seu doutorado.

Muitas amigas minhas às vezes vão para Salvador e falam que estão na praia. Às vezes pedem para uma pessoa, um cara negro, que está lá sem fazer nada, para pegar um coco. O cara não vai, está com preguiça de pegar. Nem sendo pago para isso, sabe? Então, nessa questão da preguiça, dessa letargia, isso vem desde a escravatura, sabe?

Conforme mencionado anteriormente, no livro *“O Pacto da Branquitude”*, há uma ampla variedade de fontes, especialmente notícias de portais de notícias, o que contribui para uma maior atualização sobre o assunto e até mesmo reforça a veracidade da ideia central da obra. Entre essas notícias, prevalece as que abordam o contexto político brasileiro, as condições de trabalho da população negra, sobretudo das mulheres, o posicionamento de empresas frente a políticas de equidade e as manifestações supremacistas e antidemocráticas da branquitude. Entre elas, eu gostaria de destacar aquelas que tiveram um impacto maior em mim, como por exemplo, a do tenente-coronel Ricardo Augusto Nascimento de Mello Araújo, comandante da Rota, a tropa de elite da PM de São Paulo, afirmando que a abordagem dentro de uma favela precisa ser diferente da feita em um bairro de classe média ou alta. Segundo ele:

É uma outra realidade. São pessoas diferentes que transitam por lá. A forma dele abordar tem que ser diferente. Se ele [policial] for abordar uma pessoa [na periferia], da mesma forma que ele for abordar uma pessoa aqui nos Jardins [região nobre de São Paulo], ele vai ter dificuldade. Ele não vai ser respeitado.

Outra notícia que me chamou a atenção foi uma pesquisa desenvolvida pelo IBGE constando que a maioria das funcionárias domésticas recebe menos do que um salário mínimo e não tem carteira assinada, sendo 92% dessas trabalhadoras mulheres e 65% negras.

Ainda sobre as condições de trabalho da população negra, uma pesquisa realizada pelo Dieese, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, aborda a diferença de tempo que pessoas negras trabalham para obter o mesmo salário que uma pessoa branca no Brasil.

9 NARRATIVA

No livro *“O Pacto da Branquitude”*, Cida Bento (2022) elabora seu relato de forma cuidadosa e reflexiva, utilizando uma escrita que mescla elementos autobiográficos, análises sociais e acadêmicas. A narrativa é construída de maneira crítica, buscando desconstruir a ideia da neutralidade racial branca e destacando suas experiências pessoais e as que foram coletadas ao decorrer das pesquisas acadêmicas desenvolvidas por ela.

Cida Bento (2022) utiliza recursos linguísticos como analogias e um linguajar carregado de ironia em alguns momentos, o que traz ao leitor a sensação de proximidade com a escritora e um quê de informalidade que rompe levemente a formalidade do livro, mas sem retirar sua seriedade. Exemplificando, temos o capítulo 9, no qual a autora relata uma situação onde uma mulher negra candidata a uma vaga de emprego foi questionada por suas vestimentas coloridas e seu cabelo volumoso. Prosseguido desse relato, Bento (2022) comenta:

Em face desse comentário, talvez pudéssemos concluir que as empresas não precisam mais ter centros de treinamento para lideranças. Basta que tenham cabeleireiros (as) que alisem os cabelos dos candidatos a postos de liderança que estes já estarão preparados para liderar. Se não fosse trágico, seria cômico.

Sua escrita é provocativa, confrontando o leitor com questões incômodas e desafiando a noção de que a sociedade é igualitária e livre de preconceitos raciais. Bento traz essas provocações abordando ao decorrer do livro diversas falas racistas que são reproduzidas no cotidiano sem a devida atenção. Por exemplo, logo na introdução do livro, a autora comenta uma situação na qual um menino branco da turma de seu filho, um jovem negro, fala que era

vergonhoso ser descendente de escravizados. Quantas vezes não ouvimos isso durante o tempo de colegial? Quantas crianças negras já não foram alvo de piadas com a mesma fala citada a cima? Nesse momento, a autora rebate: “*O menino não via que eram pessoas do grupo racial a que ele pertence — branco — que haviam protagonizado a escravidão dos negros. E isso, sim, poderia ser motivo de vergonha.*” (p. 9). São com essas observações que Cida Bento (2022) instiga o leitor a problematizar aquelas manifestações de racismo velado no cotidiano e os desperta para novos questionamentos.

Além disso, a autora faz uso de referências históricas e dados estatísticos para embasar seus argumentos e demonstrar como o racismo e o pacto da branquitude permeiam todas as esferas da sociedade brasileira. Sua escrita é acessível e alcança um público geral que não pertence ao meio acadêmico e se interessa pelos debates raciais, mas por também sustentar uma escrita densa, requer do leitor uma reflexão profunda sobre as relações raciais no país.

No geral, Cida Bento (2022) utiliza uma abordagem multidisciplinar e interseccional em seu livro, combinando teorias sociológicas, históricas e antropológicas com sua própria.

10 OPINIÃO PESSOAL

O livro “*O Pacto da Branquitude*” trouxe-me reflexões e ensinamentos que acredito não poder encontrar em nenhuma outra obra sobre branquitude. Cida Bento revolucionou esse campo de estudos ao teorizar sobre o pacto entre brancos, uma vez que se trata de uma tese que explica o porquê de muitos problemas no sistema racista em que vivemos. Especificamente no contexto brasileiro, o pacto da branquitude elucida um dos maiores problemas políticos que o país enfrenta há décadas: a falta de penalidade aos crimes políticos que desviam milhões de reais dos cofres públicos. Esse transtorno refere-se ao pacto feito entre homens brancos e elitistas que se negam enxergar o outro, idêntico a si mesmo, como criminoso e não obtêm pretensões de combater o poder social que seu igual tem.

Obviamente, o exemplo citado acima é somente um de variados casos onde o pacto da branquitude pode ser detectado. Esses acordos são presentes tanto em grandes casos, como o que

foi exemplificado, quanto no racismo individual do cotidiano, como quando uma pessoa branca se omite em apontar o racismo de seu amigo branco para não constrangê-lo.

O livro abordado nessa análise é um pedido de socorro. A necessidade em ser lido é de extrema urgência. A população brasileira precisa ter mais contato com o trabalho de Cida Bento, esta intelectual que é uma das maiores de sua geração e que cravou seu nome na história mundial das pesquisas sobre branquitude. Para além de uma grande intelectual acadêmica, Bento é uma personalidade ativa, pois se propôs desde os anos 1990 a colocar em prática o antirracismo através do CEERT, não se contentando apenas em ser uma boa intelectual.

“*O Pacto da Branquitude*” deve ser lido por todos os brasileiros, não apenas os que se interessam pelo debate racial, e também deve ser lido em outros países, pois a tese central desse livro não é presente só aqui no Brasil, mas em todos os países onde o racismo é vigente. Cida Bento entregou uma grande contribuição para a luta antirracista necessária ao mundo inteiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABORDAGEM nos Jardins tem de ser diferente da periferia, diz novo comandante da Rota. *UOL Notícias.* Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/24/08/2017/abordagem-nos-jardins-tem-de-ser-diferente-da-periferia-diz-novo-comandante-da-rota>. Acesso em: 29 fev. 2024.

ALVES, Dina. **Rés negras, juízes brancos: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana.** *Revista CS*, p. 289-311, 2019.

BAHIA, Ligia; MOREIRA, Jéssica Pronestino de Lima; SCHEFFER, Mário; WERNECK, Guilherme Loureiro. **Mortes Evitáveis por COVID-19 no Brasil.** p. 1-56, 2021.

BENTO, Cida. **Ancestralidades.** Disponível em: <https://www.ancestralidades.org.br/biografias-e-trajetorias/cida-bento>. Acesso em: 27 fev. 2024.

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL tem novas manifestações contra o racismo após morte de João Alberto. *O Globo.* Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/brasil-tem-novas-manifestacoes-contra-racismo-apos-morte-de-joao-alberto-24760274>. Acesso em: 29 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.** *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2003.

BUENO, Wallace dos Santos Santana; ROCHA, John Rudega; PINTO, Renan Barbosa. **Uma cartografia de “A integração do negro na sociedade de classe”, de Florestan Fernandes.** *Revista Ensaios*, v. 9, p. 77-88, 2015.

CARDOSO, Lourenço. **Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista.** *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010.

CARTA às Brasileiras e aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito. Universidade de São Paulo Faculdade de Direito. Disponível em: <https://direito.usp.br/noticia/3f8d6ff58f38-carta-as-brasileiras-e-aos-brasileiros-em-defesa-do-estado-democratico-de-direito>. Acesso em: 29 fev. 2024.

CASO Moïse: Justiça do Rio ouve testemunhas da morte do congolês. *G1.* Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/07/28/caso-moise-justica-do-rio-ouve-testemunhas-da-morte-do-congoles.ghtml>. Acesso em: 29 fev. 2024.

CASTRO, Daniel Vitor de. **A Encruzilhada do Marxismo com a Tradição Radical Negra: Resenha da edição brasileira de “Marxismo Negro”, de Cedric Robinson.** *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, v. 10, n. 1, p. 847-857, 2024.

CEERT. Disponível em: <https://www.ceert.org.br/>. Acesso em: 28 fev. 2024.

CIDA Bento: a diversidade faz bem para todo mundo. *Believe Earth.* Disponível em: <https://believe.earth/pt-br/cida-bento-diversidade-faz-bem-para-todo-mundo/>. Acesso em: 27 fev. 2024.

DIANGELO, Robin. **Fragilidade Branca**. Dossiê Racismo, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, 2018.

EMPRESAS que adotam a diversidade são mais saudáveis, felizes e rentáveis. *Brazil Journal*. Disponível em: <https://braziljournal.com/brands/empresas-que-adotam-a-diversidade-sao-mais-saudaveis-felizes-e-rentaveis/#:~:text=As%20empresas%20da%20Am%C3%A9rica%20Latina,uma%20melhor%20reten%C3%A7%C3%A3o%20de%20talentos>. Acesso em: 09 dez. 2023.

FARIAS FILHOS, Antonio Vitorino. **Nina Rodrigues, os africanos no Brasil e a formação da nacionalidade brasileira: Uma interpretação**. Revista Historiar. v. 4, n. 7, p. 37-49, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento das prisões**. 35. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008. Resenha de: SILVA, Sebastião Carlos Rodrigues da. RHM, v. 14, n. 1, p. 219-230, 2015.

FREUD, Sigmund. **Sobre lembranças encobridoras (1899)**. Tradução de André Carone. p. 1-23, 2020.

HÉDIO Silva Júnior. **Escavador**. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/5218120/hedio-silva-junior>. Acesso em: 28 fev. 2024.

IVAIR Augusto Alves dos Santos. **Escavador**. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/4932167/ivair-augusto-alves-dos-santos>. Acesso em: 28 fev. 2024.

JUSTIÇA brasileira condena pouco em crimes de colarinho branco, diz CNJ. Correio Braziliense. Disponível em: https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/politica/2013/04/15/interna_politica,360600/ju-stica-brasileira-condena-pouco-em-crimes-de-colarinho-branco-diz-cnj.shtml. Acesso em: 20 fev. 2024.

LULA é eleito novamente presidente da República do Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: [https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/lula-e-eleito-novamente-presidente-da-republica-do-brasil#:~:text=%C3%80s%2019h56%20deste%20domingo%20\(30,%2C%20foi%20de%20117.305.567](https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/lula-e-eleito-novamente-presidente-da-republica-do-brasil#:~:text=%C3%80s%2019h56%20deste%20domingo%20(30,%2C%20foi%20de%20117.305.567). Acesso em: 29 fev. 2024.

MARIA Aparecida da Silva Bento. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: [http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoam/maria-aparecida-da-silva-bento#:~:text=Possui%20gradua%C3%A7%C3%A3o%20em%20Psicologia%20pela,de%20S%C3%A3o%20Paulo\(2002\)](http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoam/maria-aparecida-da-silva-bento#:~:text=Possui%20gradua%C3%A7%C3%A3o%20em%20Psicologia%20pela,de%20S%C3%A3o%20Paulo(2002)). Acesso em: 28 fev. 2024.

MAIS Vendidos Companhia das Letras. Amazon. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/stores/page/01EED91D-F720-4A16-A9B4-782FFEA24EA9>. Acesso em: 27 fev. 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 edições, 2018. Resenha de: SOUZA, Maciana de Freitas e. Revista Espacialidades, v. 15, n. 1, p. 226-230, 2019.

MEMMI, Albert. **Retrato do Colonizado Precedido de Retrato do Colonizador**. Rio de Janeiro: Editora UFF. 2007.